

ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SABROSA, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e três, nesta Vila de Sabrosa e no Auditório Municipal, teve lugar pelas dezoito horas, a nona Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Sabrosa, presidida pela sua Presidente, Helena Maria Campos Ervedosa de Lacerda Pavão, coadjuvada pelo Primeiro Secretário da Mesa, José Carlos Correia Gonçalves e pelo Segundo Secretário da Mesa, Gilberto Marinho Monteiro Taveira. Aberta a sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, após cumprimentar todos os presentes, efetuou a chamada, verificando a presença dos seguintes Membros: -----

- Dina Lúcia Borges Pereira; -----

- Suzanne da Conceição Monteiro Peixoto; -----

- Sérgio Manuel Pereira Freitas; -----

- José Adelino Correia Gonçalves; -----

- João Manuel Alves Borges; -----

- Luís Carlos Taveira Baptista; -----

- Manuel António Paulos Marques; -----

- Maria João Pinto de Matos Bessa; -----

- Luís António Ribeiro Almeida; -----

- Helena Maria Campos Ervedosa de Lacerda Pavão; -----

- Fernando Carvalho da Silva em substituição de Maria de Fátima da Cruz Fernandes; -----

- António Manuel dos Santos Morgado; -----

- José Manuel de Carvalho Marques. -----

- **Presidentes de Juntas de Freguesia:** -----

- Sérgio Wilson Fonseca Gonçalves; -----

- Victor Manuel Simões Teixeira; -----

- Eduardo Fernando Martins Silva Correia; -----

- Francisco António Pinto Alves; -----

- Gilberto Marinho Monteiro Taveira; -----

- Carlos Manuel Ferreira Rodrigues Madureira; -----

- João Manuel Barros da Veiga; -----

- Cilina Ledo Vilela; -----

- José Carlos Correia Gonçalves; -----

- António José Borges Garcia; -----

- Ana Cristina Fernandes Rente; -----

- António Manuel da Fonseca Venâncio. -----

Faltaram justificadamente os Deputados Maria Carolina Vicente Pereira Lopes e José Luís Pereira da Mota. -----

A Câmara Municipal esteve representada pela sua Presidente, Maria Helena Marques Pinto da Lapa, estando presentes o Vice-presidente, Martinho Barrias Gonçalves e os Vereadores António Augusto Marques Ferreira de Araújo, Mário Augusto dos Santos Varela e António Gilberto Regas Correia. -----

Às dezoito horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, com a presença de 25 (vinte e cinco) dos 27 (vinte e sete) Membros desta Assembleia, a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a presente sessão ordinária. -----

----- **Ponto um: Período antes da ordem do dia:** -----

----- Um ponto um: Apresentação de moções, votos de louvor, recomendações, votos de pesar, entre outros: -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, apresentando moções ou votos de louvor, tendo o Deputado José Adelino Gonçalves e a Presidente da Junta de Freguesia de São Lourenço de Ribapinhão, Cilina Vilela, solicitado a sua inscrição. -----

Tomou a palavra o Deputado José Adelino Gonçalves, que após cumprimentar todos os presentes, apresentou as seguintes Moções, que por terem sido entregues à Mesa de seguida se transcrevem: "*Voto de louvor e Reconhecimento de mérito desportivo à Academia Sénior de Sabrosa por vencer o Torneio de Boccia Sénior INATEL.* -----

Os membros eleitos da Assembleia Municipal de Sabrosa vêm reconhecer publicamente o êxito desportivo da Academia Sénior de Sabrosa por ter alcançado o primeiro lugar na classificação geral por concelhos no Torneio de Boccia Sénior INATEL 2023, no passado dia 18 de novembro, sagrando-se assim como os grandes vencedores desta edição. -----

Numa competição promovida pela INATEL de Bragança, Vila Real e o Município de Mirandela, em parceria com os municípios da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, para além do concelho de Sabrosa, participaram ainda os concelhos de Alijó, Miranda do Douro, Mirandela, Mondim de Basto, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real, num total de 32 equipas, em três provas distintas. -----

Esta assembleia congratula assim a Academia Sénior de Sabrosa e os atletas vencedores por este feito, deixando votos de continuação de muitos sucessos na prática desta modalidade desportiva". -----

Não se registou qualquer intervenção, pelo que foi colocada a Moção a votação, obtendo o seguinte resultado: Aprovada por unanimidade. -----

De novo, tomou a palavra o Deputado José Adelino Gonçalves, apresentando a segunda proposta de Moção: "*Voto de louvor e Reconhecimento de mérito desportivo ao atleta Luís Pereira por se ter sagrado Campeão Nacional no Circuito Nacional de Trail.* -----

Os membros eleitos da Assembleia Municipal de Sabrosa vêm reconhecer publicamente o êxito desportivo ao atleta Luís Pereira, nosso munícipe, residente na aldeia e freguesia de Paços e

atleta da equipa Lince do Marão, por ter conquistado o Circuito Nacional de Trail, sagrando-se assim campeão nacional nesta competição na sua época de estreia no trail. -----

Esta assembleia congratula assim Luís Pereira por este feito, grande marco para o atleta e para o concelho, deixando votos de continuação de muitos sucessos na prática desta modalidade desportiva”. -----

Não se registou qualquer intervenção, mas a Presidente da Assembleia solicitou autorização ao proponente e ao plenário para que a Moção a colocar à votação fosse em nome de todos os membros da Assembleia e não apenas dos membros eleitos, o que foi unanimemente aceite, pelo que foi colocada a Moção a votação, com esta alteração, obtendo o seguinte resultado: Aprovada por unanimidade. -----

De seguida, tomou a palavra a Presidente da Junta de Freguesia de São Lourenço de Ribapinhão, Cilina Vilela, que após cumprimentar todos os presentes, apresentou a seguinte Moção, que por ter sido entregue à Mesa de seguida se transcreve: “Moção de Censura à ADIN – Águas do Interior Norte. -----

Aos responsáveis pela ADIN – Águas do Interior Norte. -----

Vimos, por este meio, expressar veemente censura à conduta desta entidade, que tem revelado flagrantemente desrespeito para com o poder local e a comunidade que representa. É com profundo desagrado que constatamos a falta de diálogo, comunicação e consideração pelos interesses das freguesias locais, evidenciando uma postura autoritária e desvinculada das realidades que compõem o nosso município. -----

A ausência de prévia comunicação e consulta antes da execução de projetos e ações demonstra um completo desrespeito pelo princípio da autonomia local e pela participação democrática. Acreditamos que as decisões e intervenções da ADIN devem ser pautadas por um diálogo transparente e construtivo com as autoridades e comunidades locais, visando o bem-estar coletivo e o desenvolvimento sustentável da nossa região. -----

É inaceitável que a ADIN, ao adentrar na nossa terra, aja como se fosse detentora de uma autoridade suprema, ignorando por completo o papel das instâncias locais. Esta postura desconsiderada e autocrática é percebida como uma afronta à soberania local, relegando as freguesias ao papel de meros espectadores nas suas próprias realidades. -----

É imperativo que esta entidade compreenda que a colaboração e o entendimento mútuo são fundamentais para o sucesso de qualquer empreendimento que afete as comunidades locais. --

Esta moção de censura reflete não apenas a opinião desta freguesia, mas a indignação de todas as freguesias afetadas por esta atitude. Acreditamos que a ADIN deve reconsiderar a sua abordagem e comprometer-se a estabelecer um canal efetivo de comunicação com as autoridades locais antes de qualquer iniciativa que impacte diretamente a nossa região. -----

Esta manifestação será enviada à ADIN como um testemunho claro da insatisfação e repúdio às práticas adotadas. Exigimos respeito, transparência e participação efetiva nas decisões que moldarão o futuro das nossas comunidades”. -----

A Presidente da Assembleia Municipal colocou a moção, apresentada pela Presidente de Junta de Freguesia de São Lourenço de Ribapinhão, à discussão. -----

Tomou a palavra o Deputado João Borges, dizendo que a bancada do Partido Social Democrata subscreve a Moção de Censura apresentada. Também os Presidentes de Junta de Freguesia presentes afirmaram subscrever a Moção de Censura apresentada. -----

Não se registando qualquer outra intervenção, foi colocada a Moção a votação, obtendo o seguinte resultado: Aprovada por unanimidade. -----

----- Um ponto dois: Assuntos de interesse geral para o concelho: -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, destinado às intervenções de interesse geral para o concelho, tendo os Deputados José Adelino Gonçalves, Maria João Bessa, João Borges, Suzanne Peixoto, José Marques, Dina Pereira e o Presidente de Junta de Freguesia de Sabrosa, João Veiga, solicitado a sua inscrição. -----

Tomou a palavra o Deputado José Adelino Gonçalves, apresentando as seguintes intervenções, que por terem sido entregues à Mesa de seguida se transcrevem: *“Atribuição da Bandeira de “Autarquia + Familiarmente Responsável” ao Município de Sabrosa.* -----

Esta minha intervenção serve para dar nota, e parabenizar, o Município por ter sido distinguido em 2023 como “Autarquia + Familiarmente Responsável”, pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis (OAFR). -----

Sendo a primeira vez que a autarquia recebe este galardão, que tem como objetivo distinguir as autarquias pelas suas boas práticas em matéria de responsabilidade familiar, para a atribuição desta distinção foram avaliadas várias medidas em execução no município de Sabrosa no âmbito da: -----

- Área social -----

- Educação -----

- Desporto -----

- Cultura -----

- Habitação -----

- Serviços básicos, relações interinstitucionais entre muitos outros -----

Que são direcionadas, umas para todas as famílias do concelho e outras específicas para as famílias mais vulneráveis. -----

Esta é uma distinção externa que vem comprovar o bom trabalho que está a ser feito aqui e que confirma que, para além da ajuda e apoio que efetivamente dão no dia a dia dos munícipes do concelho, são as indicadas para se continuar a abraçar o futuro do concelho”. -----

O Deputado José Adelino continuou a sua intervenção, apresentando o seguinte assunto: *“Quero destacar a proposta e a aprovação do Tarifário Social de Ajustamento para o ano 2024.* -----

Num município que já tem muitos, e variados, apoios sociais, em vários quadrantes, quero destacar, e dar a conhecer para os menos atentos, que foi aprovado para 2024 um apoio à fatura da ADIN que abrange: -----

- Todos os consumidores do concelho de Sabrosa, Utilizadores Domésticos e Utilizadores Não Domésticos, -----

- Que incide na comparticipação do valor das tarifas fixas pagas na fatura de cada um destes. --

A saber: -----

Utilizadores Domésticos – Comparticipação de 55% na Tarifa Fixa (Água e Saneamento). -----

Utilizadores Não Domésticos – Comparticipação de 50% na Tarifa Fixa (Água e Saneamentos) -

É de destacar que, para além de uma medida mais abrangente, esta é também uma medida socialmente e ambientalmente mais justa que a atualmente em vigor, uma vez que promove um consumo responsável do bem escasso e essencial que é a água através da comparticipação da vertente fixa da tarifa. -----

Para o ano de 2024 o valor total de apoio estimado, e inscrito em orçamento municipal, é de 287.988,46€, um reforço substancial relativamente ao valor inscrito em 2023, indo ao encontro das expectativas de todos”. -----

De seguida, tomou a palavra a Deputada Maria João Bessa, que após cumprimentar os presentes, fez a seguinte intervenção, que por ter sido entregue à Mesa de seguida se transcreve: “Na sessão de Assembleia Municipal de 28 de setembro de 2023, a Deputada Suzanne Peixoto, em representação dos Membros Eleitos pelo PSD, apresentou a proposta para publicitação das convocatórias para as próximas Assembleias Municipais de Sabrosa, nas redes sociais oficiais do Município. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal aceitou e agradeceu a proposta apresentada e comprometeu-se a publicitar nas redes sociais do Município (Facebook e Instagram) o dia, a hora e o local da realização das sessões supracitadas. -----

Apesar da proposta ter sido realizada, pretendemos, ainda assim, melhorá-la. Em vez da publicitação ser temporária, com duração de apenas 24 horas, sugerimos que a mesma seja publicada sem qualquer restrição de tempo, ou seja, substituir o uso de stories por publicações, permitindo desta forma uma divulgação mais abrangente e eficaz, com o objetivo de atingir o maior número de munícipes possível”. -----

A Presidente da Assembleia Municipal aceitou a sugestão apresentada, afirmando que irá solicitar aos serviços municipais que encontrem uma solução para que essa publicação permaneça por mais tempo nas redes sociais do Município. -----

De novo, no uso da palavra, a Deputada Maria João Bessa, fez a seguinte intervenção, que por ter sido entregue à Mesa, de seguida se transcreve: “Recentemente, o Governo solicitou aos proprietários de Alojamento Local para submeterem o comprovativo de atividade. -----

Posto isto questiono: -----

- Sra. Presidente, quantos Alojamentos Locais o município dispõe atualmente? -----

- Qual o número de camas disponíveis? -----
- Qual a taxa de ocupação? -----
- Qual é a perspectiva/intenção para aumentar esse número? -----
- Onde se alojaram os membros das equipas e artistas que se deslocaram a Sabrosa, nos vários eventos realizados? -----
- Por último, existem dados concretos que comprovem que as festas organizadas, suportadas e promovidas pelo município, e são muitas, proporcionam benefícios às empresas locais e contribuem positivamente para elevar o padrão de vida dos munícipes?" -----

Dando continuidade à ordem de inscrição deste ponto, tomou a palavra o Deputado João Borges, que após cumprimentar os presentes, fez a seguinte intervenção, que por ter sido entregue à Mesa de seguida se transcreve: "Com dois anos de mandato já cumpridos, julgamos ser o momento adequado para se fazer um balanço do trabalho e objetivos realizados até à data. ----- No seu discurso de tomada de posse transmitiu de forma clara, duas ideias chave, que acabaram por não se cumprir. Afirmou que iria ter um mandato profícuo, e que iria governar para todos, mas sem recurso a qualquer coligação. -----

Em relação a ter um mandato profícuo, permita dizer-lhe que a sua governação em pouco ou nada corresponde ao prometido, senão vejamos: -----

Não conseguiu melhorar as condições de vida das pessoas, não conseguiu atrair investimento e emprego para Sabrosa, não conseguiu ter uma estratégia de valorização dos recursos naturais do concelho, não tem nenhuma estratégia de criação de habitação e atração de pessoas e famílias para residir no nosso concelho, pese embora os apoios existentes e disponíveis para tal, nesta área, vamos devagar ou mesmo devagarinho. -----

Em relação ao Turismo, onde estão os turistas? Onde está o Hotel para os alojar? O que é feito da folgada tesouraria que encontrou, mesmo não havendo obra feita? -----

O saldo da tesouraria deixado pelo anterior Executivo, era considerável e mais do que suficiente para fazer face aos encargos já assumidos. -----

Durante estes dois anos de mandato, fez pouco e o pouco que fez, regra geral mal feito e passo a explicar: -----

- Concluiu a construção do Pavilhão do Mercado dos Produtos Durienses, um edifício que apresenta várias lacunas, que conforme já comprovado, não corresponde aos interesses da população do nosso Concelho, considerando aspetos já devidamente identificados e enumerados em sede de Executivo e Assembleia Municipal. -----

- As intervenções realizadas na Avenida General Alves Pedrosa revelaram-se de uma qualidade e eficiência profundamente questionáveis. -----

- No que concerne à Variante Sobrados, durante a repavimentação da via entre Fermentões e Vilela, houve uma oportunidade de expandir a mesma para uma largura de 5 metros, conforme proposto pelo vereador Mário Varela. Contudo, a decisão tomada foi de alargar apenas ligeiramente, passando de 4 metros para 4,5 metros. Trata-se de uma via com fluxo de tráfego

RUBRICAS

FI 7 

considerável e diversificado, apresentado, contudo, padrões de segurança circulatória significativamente deficientes. -----

Em relação às Freguesias do concelho, para além das transferências a que está legalmente obrigada, os Presidentes de Junta tiverem de se contentar com meia dúzia de paralelos e uns baldes de pó de pico. Em resumo, o concelho está mais pobre, as aldeias mais pobres e as finanças do município depauperadas. -----

O que existe de profícuo e positivo em tudo isto? -----

Em relação à parte de governar sem qualquer coligação, mais uma vez faltou à verdade aos Sabrosenses, coisa para si sem importância e frequente, pois à primeira oportunidade que teve, e pela ânsia do poder absoluto, arregimentou para o seu lado, um vereador que para além de votar contra o orçamento de 2022, apelidou-a de mentirosa e incompetente, tudo isto antes de assumir funções executivas. -----

Em relação ao vereador em causa, só mostrou o que realmente o movia e move, os seus interesses pessoais, comportamento próprio daqueles para quem o exercício de funções públicas se resume à satisfação de interesses particulares, imediatos e prementes, postura que sempre evidenciou e que em nada nos surpreendeu ou surpreende. -----

Senhora Presidente, muitas outras coisas se passaram nestes dois anos que pouco ou nada a devem deixar orgulhosa, uma Instituição Bancária que fechou portas, uma Mesa da Assembleia Municipal que foi destituída de forma indescritível e com recurso a processos administrativos vergonhosos, uma oposição com processos em tribunal instaurados pela Senhora Presidente da Câmara, para perda de mandato, tudo com o objetivo de silenciar e de intimidar. Práticas de outros tempos... tudo devidamente suportado pelo Orçamento Municipal. -----

Acréscce a tudo isto, um conjunto de procedimentos concursais e administrativos, absolutamente miseráveis no que ao cumprimento da legalidade diz respeito, onde V^a. Exa., tudo oculta, decidindo de forma cega e surda, não disponibilizando documentos e informação, tudo devidamente requerido pelo Vereador do PSD, Mário Varela. -----

É caso para perguntar, de que tem medo V. Exa??? -----

A sua política faz lembrar a Roma Antiga, com a política do Pão e Circo, que consiste em distrair o povo com festas e merendas, para que estes não se apercebam da real situação dos problemas do concelho. -----

Quando recentemente, foi entrevistada pelo programa "Somos Portugal" da TVI, disse que não queria ser recordada como a Presidente do paralelo e da calceta, mas Senhora Presidente, nem isso conseguirá, a continuar assim apenas irá ser recordada pela Presidente das festas e das merendas, que delapidam o erário público e com retorno muito duvidoso. -----

A propaganda política e promoção pessoal não pode justificar tudo. -----

Para terminar, a Senhora Presidente, teve tudo para fazer um excelente mandato, um saldo de tesouraria apreciável, um governo da República da mesma família política e o PSD/Sabrosa disponível para ajudar a levar o nosso município para outro patamar em termos de



desenvolvimento, (é bom lembrar que o seu 1º orçamento apenas foi viabilizado com a abstenção dos eleitos do PSD). -----

A Senhora Presidente exercendo um direito que é legítimo, escolheu outro caminho, aquele que é próprio de quem não honra os acordos efetuados, como foi o caso da redução do Tarifário Geral da ADIN, que conduziria até ao ano e 2025, a uma diminuição dos valores a pagar por todos os consumidores em 30%. -----

Na política como na vida não vale tudo, é preciso ter princípios e cumprir com os compromissos assumidos, palavra dada deve ser sempre, palavra honrada. -----

Como sabemos e pensamos mesmo que todos sabem, o dinheiro não chega para tudo, as festas e os empregos criados à medida das suas necessidades políticas, têm um preço, é preciso saber, em nome do interesse público, estabelecer prioridades e colocá-las em prática com transparência e seriedade. -----

Concluídos que estão mais de dois anos do seu mandato, o nosso Município, a nível de desenvolvimento, está cada vez mais consolidado na cauda do distrito de Vila Real, o que não se aceita nem se compreende. -----

Em campanha prometeu "Abraçar o Futuro", a governar diz que está "A Construir o Futuro", mas Senhora Presidente, se assim continua, o slogan do seu mandato será "A Hipotecar o Futuro". -

De seguida, tomou a palavra a Deputada Suzanne Peixoto, que após cumprimentar todos os presentes, questionou a Presidente da Câmara Municipal sobre qual a sua posição, enquanto vogal do Conselho de Administração da AdIN, relativamente à atitude desta entidade e o que se seguirá, em consequência do corte da água dos fontanários. Fontanários estes que derivam de nascentes, que foram doadas por particulares às freguesias e que agora a AdIN vai adquiri-las a custo zero. -----

Continuou questionando, relativamente ao email recebido no dia 26/12/2023, às 16h36, e o qual não teve oportunidade de ler e analisar, quais as conclusões a que chegaram, em relação à intervenção do Município, na sessão da Assembleia Municipal de 28/09/2023. Verificou a existência de deferimento, mas não entendeu o resultado final. -----

Em cumprimento da ordem de inscrição para este ponto, tomou a palavra o deputado José Marques, que após cumprimentar todos os presentes, realçou a importância da aquisição dos terrenos da designada Quinta do Conde, também conhecida pela Quinta dos Mouras, para os quais se aguarda um estratégico e competente projeto, que em muito beneficiará o concelho. Questiona assim, qual o ponto de situação e felicita também o Município pela coragem e decisão estratégica da aquisição do referido terreno. -----

Aproveitou ainda a oportunidade para felicitar também o Município pela realização do 2.º Festival dos Produtos Durienses e pelas várias iniciativas de promoção do concelho e dos produtos regionais. O Festival envolveu o programa "Somos Portugal" da TVI, que, no seu entender, foi uma excelente iniciativa e com uma brilhante promoção nacional e internacional. Internacional por que "tocou a diáspora Portuguesa e a diáspora sobretudo da nossa região", com um feedback

muito positivo das pessoas que se orgulharam de ver a sua terra, a sua região e de ver os seus produtos, de ver o Douro representado, mas sobretudo o concelho de Sabrosa. Terminou a sua intervenção dizendo que iniciativas como esta são um orgulho local, regional e nacional. -----

Continuando com a ordem da inscrição, tomou a palavra a Deputada Dina Pereira que, após cumprimentar os presentes, apresentou a seguinte intervenção, que por ter sido enviada à Mesa, de seguida se transcreve: *"Os últimos tempos têm sido, no essencial, tempos bastante conturbados e confusos do ponto de vista social, económico, político e cultural. Na verdade, apesar dos inúmeros problemas, a maior parte dos quais de carácter exógeno, se terem feito sentir na sociedade portuguesa, o mundo rural, devido à sua posição periférica, tem sofrido muitos com todos estes fatores.* -----

No entanto, o esforço e a capacidade de trabalho, sobretudo trabalho em conjunto, trabalho dinâmico e inteligente, da administração do Município de Sabrosa, tem permitido, no essencial, desenvolver uma série de iniciativas de carácter cultural, as quais estão impregnadas de um espírito inovador, um espírito centrado na relevância do fator cultural como um dos eixos mais importantes para a valorização, dinamização e promoção dos territórios do concelho de Sabrosa. Facto disso é o aumento das verbas neste orçamento nos vários sectores, onde se verifica um esforço de abranger e acolher várias as propostas. -----

Neste mês de dezembro, foi submetido ao Turismo de Portugal, um projeto que envolve uma parceria entre os municípios de Alijó, Murça e Sabrosa, sendo, naturalmente, Sabrosa a base do projeto, através da Associação de História e Arqueologia de Sabrosa. Trata-se do projeto Pannonias Digital Old Lands, um projeto de carácter tecnológico, que procura, através das Humanidades Digitais, trazer a história antiga dos territórios medievais de Sabrosa, Alijó e Murça, para o público atual, um público exigente, um público jovem, escolar, turistas, pessoas da terra e os que nos visitam. O projeto irá permitir, através de um investimento avultado e financiado a 75%, reformular o Pólo Arqueológico da aldeia da Garganta, transformando o edifício num centro tecnológico e cultural, com hologramas, guias virtuais, salas imersivas, trilhos digitais, visitas guiadas, aplicativos inteligentes, realidade virtual, entre outras inovações. Este projeto procura, através de parcerias intermunicipais, relacionar o património cultural de Alijó, Murça e Sabrosa do ponto de vista das novas tecnologias, permitindo, entre outras coisas, fornecer aos municípios envolvidos, estatísticas aprofundadas sobre os visitantes, os seus gostos, as dinâmicas dos visitantes, a interatividade, exposições virtuais itinerantes, modelos digitais do património, animações digitais, entre tantas outras potencialidades. -----

Trata-se, no essencial, de um projeto piloto o qual permitirá, do nosso ponto de vista, criar as bases para os trilhos museológicos e museográficos do concelho de Sabrosa. E desde a primeira hora que este projeto foi acolhido pelo Município de Sabrosa e que com o seu empenho viu a luz do dia. A primeira fase está concluída, resta continuar a trabalhar neste e noutros projetos para a valorização do património cultural do concelho e da aposta em valor da inovação aplicada ao turismo e ao património. Não é pelo facto de sermos um concelho pequeno e do interior, que não

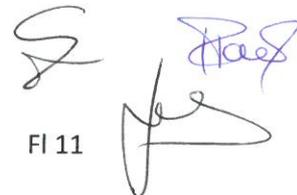
podemos ter e usufruir de infraestruturas e espaços culturais de qualidade. E este orçamento trabalha muito nesse sentido. E quem sabe se num futuro não muito longínquo, Sabrosa possa contar com o seu Museu." -----

De seguida, tomou a palavra o Presidente de Junta de Freguesia de Sabrosa, João Veiga, que após cumprimentar os presentes, fez a seguinte intervenção, que por ter sido entregue à Mesa, de seguida se transcreve: *"Em primeiro lugar, felicito o Executivo Municipal que, a expensas próprias, está a executar o projeto "Mente sã em corpo sã", que visa colmatar a lacuna deixada pelo término do projeto CLDS 4G. Tenho contactado a população de idade mais avançada do nosso concelho, bem como algumas associações de cariz social e tenho recebido um feedback muito positivo por parte dos mesmos, uma vez que o isolamento social e a falta de cuidados médicos primários, são uma das principais necessidades da nossa população mais idosa. ----- Quero também felicitar o Município de Sabrosa bem como o Centro Humanitário de Sabrosa da Cruz Vermelha Portuguesa, pelo almoço de Natal, que por mais um ano proporcionaram aos nossos idosos um dia prazeroso e de convívio para todos. -----*

Agradeço também a todos os voluntários envolvidos na realização do evento, que sem a sua inestimável colaboração, este dia não teria de certeza o brilho que teve." -----

A Presidente da Assembleia Municipal, em resposta à Deputada Suzanne Peixoto, informou que, o atraso na remessa da informação respeitante ao processo administrativo em questão levantada na última sessão da Assembleia Municipal pelo Município que aí interveio, é da sua responsabilidade, pois os Serviços do Município enviaram tais documentos à Mesa no dia 21 (vinte e um) de dezembro. Explicou, de seguida, que nos documentos enviados constam a intervenção feita pelo Município, os despachos internos que sobre o mesmo recaíram, bem como o parecer do Consultor Jurídico sobre esse licenciamento e as comunicações dos serviços municipais aos intervenientes no processo de licenciamento da obra particular. Finalizou lembrando que, nesta situação, a Assembleia Municipal teria que assegurar que o Município obteve uma resposta às questões aqui colocadas, dado que a matéria de licenciamento de obras particulares é da exclusiva competência do Executivo Municipal, motivo pelo qual enviou os referidos documentos a todos os Membros desta Assembleia. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que, após cumprimentar os presentes e respondendo às questões apresentadas pelos Deputados, iniciando pela Deputada Maria João Bessa, referiu que a questão da publicação nas redes sociais das datas de realização das Assembleias Municipais já está esclarecida. Quanto ao alojamento local, informou que estão registados como existentes no concelho 32 (trinta e dois). Relativamente à questão sobre o alojamento dos artistas e demais equipas, referiu que uns foram alojados no concelho de Sabrosa, outros foram alojados fora deste, nomeadamente no Hotel Miracorgo, em Vila Real ou onde existiu disponibilidade, dado que, como se sabe, o Hotel de Sabrosa está em obras e é de um particular e, apesar de todos os esforços feitos pelo Município, o processo não está a ser tão célere quanto deveria. -----



Acrescentou, ainda, que para colmatar essa dificuldade no alojamento, está também em curso a submissão de um projeto para a Escola de Paradela de Guiães para a criação de uma Residência Artística. -----

Quanto à questão das mais-valias que os eventos trazem e se as mesmas são estudadas e avaliadas, disse que, o impacto é visível pela participação das pessoas nos eventos, como por exemplo no Mercado de Natal, onde o local esteve repleto de pessoas e onde estiveram presentes mais de 50 (cinquenta) expositores, pelo que certamente trouxeram uma mais-valia para o concelho, bem como a promoção do mesmo. -----

Continuou referindo que, relativamente à intervenção do Deputado João Borges, o mesmo apresenta a sua visão pessoal e não a visão de outras pessoas. E que, quanto à questão de o saldo em tesouraria ser muito positivo, aquando da sua tomada de posse, diz ser verdade, mas também esclarece que, para o anterior Executivo Municipal, foi muito difícil a gestão da última parte do mandato, dado ter sido feita em pandemia, com limitações em termos de convivência e sem a possibilidade de realização de despesa, pelo que foi possível, apesar de tudo, amealhar uma quantia considerável. Para além de que houve ainda a necessidade de acautelar determinados investimentos que haviam sido feitos. Relativamente ao Mercado dos Produtos Durienses e às suas dimensões, disse não saber a que se refere, dado que todos os eventos aí realizados têm sido um sucesso, não tendo havido um evento em que o espaço se tivesse revelado insuficiente ou pouco digno para a realização do mesmo. Quanto à estrada de Fermentões a Vilela, esclareceu que existe uma via alternativa, e que esta é uma estrada florestal e para a qual foram criadas melhores condições de circulação e segurança. -----

Depois, em relação às Juntas de Freguesia, disse não saber a que se refere, pois que, o trabalho que é feito com estas entidades é um trabalho contínuo e em plena articulação, não sendo, contudo, possível atender a todos os pedidos, mas, também não é verdade, apenas ter sido dado "*meia dúzia de paralelos*". -----

Em relação aos concursos referiu não entender a que se está a referir, muito menos quando acusa de ter interesses pessoais e políticos. Admite ser difícil governar em minoria, principalmente quando a oposição dificulta, como por exemplo, com reuniões semanais que provocaram um grande desgaste físico e emocional, situação para a qual era necessária uma solução. Essa solução concretizou-se com a coligação com o Vereador António Araújo que, ao contrário do que inicialmente havia dito, de que não faria coligações, admite ter trazido mais segurança e estabilidade, e que até ao momento têm corrido muito bem. Apesar de ser um mandato difícil por várias razões, como sejam por ser um fim de quadro comunitário, também existe um novo quadro comunitário para o qual ainda não abriu qualquer aviso de candidatura, mas que estão preparados com projetos prontos a submeter e sobre os quais falará mais adiante. Quanto ao tarifário da AdIN, e como já foi falado, foi aumentada a sua comparticipação, pelo que ninguém mentiu a ninguém. -----

Por fim, disse que se tem trabalhado muito numa questão essencial, que é a da habitação e que a Zona Industrial tem os lotes praticamente todos vendidos e que, inclusivamente, já existem duas empresas com processos de construção em execução, pelo que não entende a acusação de que o concelho está mais pobre e em piores condições. -----

De seguida, respondeu às questões da Deputada Suzanne Peixoto e no que aos fontanários diz respeito, disse que corrobora a moção apresentada pela Presidente da Junta de Freguesia de São Lourenço de Ribapinhão, pelo que não se escusa às suas responsabilidades. Referiu ainda que, segundo o que chega ao Conselho de Administração das Águas do Interior Norte, Sabrosa era um dos concelhos que tinha cerca de 67% de perdas de água, tendo sido feito um levantamento de todas as situações onde não existiam contadores, como o caso dos cemitérios e fontanários. Contudo, entende não ter sido correta a forma como o procedimento foi implementado, com o corte da água e a falta de articulação que houve com as Juntas de Freguesia. Situações de descontentamento que tem transmitido, quer ao Conselho de Administração das Águas do Interior Norte, quer na própria Assembleia Geral. -----

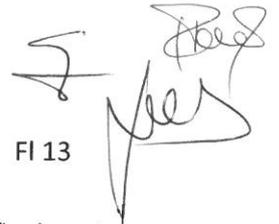
Conclui, dizendo que muitas das Juntas de Freguesia terão de ter contadores, sobretudo nos cemitérios, situação que será avaliada, assim como a questão de terem ou não legitimidade para o corte da água dos fontanários. -----

Relativamente, à questão do Deputado José Marques, sobre o ponto de situação da Quinta dos Mouras, esclareceu que foi adquirida a parte da quinta pertencente efetivamente à família Moura, estando em negociações a aquisição da outra parte, que é pertença de um particular, pois que, sem essa parte, onde se inclui 50% do prédio urbano, será difícil perspetivar qualquer projeto. Acrescentou, ainda, que a reabilitação do prédio urbano se destinará ao âmbito cultural e promoção dos produtos da região e, quanto ao prédio rústico, disse existir já um anteprojecto do que se perspetiva para aquele local, associado às Fontainhas e à requalificação do Mercado Municipal. Requalificação esta que se prevê que irá a concurso público durante o 1.º semestre do próximo ano, mas que, sem essa parte, da Quinta dos Mouras, é difícil projetar, aguardando-se o resultado das negociações que estão bem encaminhadas. -----

----- Um ponto três: Intervenções dos Presidentes de Junta de Freguesia sobre assuntos específicos da sua freguesia: -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, tendo solicitado a sua inscrição os Presidentes de Junta de Freguesia de Souto Maior, António Garcia, de Sabrosa, João Veiga, de São Lourenço de Ribapinhão, Cilina Vilela e Torre do Pinhão, Ana Cristina Rente. -----

Foi dada a palavra ao Presidente Junta de Freguesia de Souto Maior, que após cumprimentar os presentes, agradeceu ao Executivo Municipal, em nome próprio e em nome da população de Souto Maior, que honrando o seu compromisso de apoio, vai permitir que a obra da Casa Mortuária de Souto Maior seja uma realidade. Uma obra tão necessária, importante e útil para a freguesia e que se desejava há muito tempo, que com o trabalho de muitas pessoas e por um



Executivo Municipal que nela viu a importância e urgência que merecia, foi finalmente desbloqueada. -----

Dando continuidade à ordem de inscrição deste ponto, tomou a palavra o Presidente de Junta de Sabrosa, apresentando a seguinte intervenção que, por ter sido entregue à Mesa, de seguida se transcreve: *"Venho pelo presente dar conhecimento a esta assembleia que no passado dia 30-09-2023, desloquei-me ao Seixal, local onde decorreu o XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Foram debatidas e votadas três propostas, focadas no financiamento local, autonomia e na coesão dos municípios.* -----

Estiveram presentes grande parte dos eleitos locais do país, desde Presidentes de Câmara, Presidentes de Assembleias Municipais, bem como representantes eleitos das Freguesias Portuguesas. -----

Também participaram no congresso, diversos elementos do governo da república, tendo o primeiro-ministro, António Costa, no seu discurso dito que "... a reestruturação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional foi a reforma possível até que existam condições para cumprir a regionalização". -----

Este congresso foi presidido por sua Excelência, o Presidente da República Portuguesa, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, que pediu no seu discurso de encerramento "... aos autarcas que aproveitem esse tempo para fazerem as "pontes possíveis" sobre o regime das finanças locais, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), os fundos do Portugal 2030 e o pós-descentralização". -----

Em suma, com a realização deste congresso, ficou claro que os órgãos de poder autárquico pretendem ter mais poder de decisão e aglutinar mais competências do poder central nos seus territórios, mas ressalvam que necessitam do reforço dos meios financeiros por parte da tutela, para poder desenvolver o trabalho de uma forma séria e competente". -----

A Presidente da Assembleia Municipal de Sabrosa disse fazer suas as palavras do Presidente de Junta de Freguesia de Sabrosa, que em conjunto com este e com a Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa, representaram o concelho de Sabrosa no referido Congresso, pelo que agradeceu a intervenção. -----

De seguida, tomou a palavra a Presidente de Junta de Freguesia de São Lourenço de Ribapinhão, apresentando a seguinte intervenção, que por ter sido entregue à Mesa de seguida se transcreve: *"Venho expressar a minha indignação perante o facto da ADIN ter cortado o abastecimento de água a vários fontanários e ao cemitério da minha Freguesia, sem que eu tivesse sido informado antecipadamente sobre tal medida. Mais preocupante ainda é o corte ter ocorrido sem qualquer diálogo prévio, impedindo a possibilidade de se estabelecer uma conversa, eventualmente, chegar a um acordo.* -----

Água esta que vem de uma mina de São Lourenço. Mina que nos abastece durante o ano, apenas usando a água da barragem no mês mais quente. Até quando vou ficar sem água no cemitério? -----

Por causa das perdas de água, fecham-se os fontanários, mesmo que essa água seja da população? -----

Esta situação não se restringiu apenas à minha Freguesia, como tenho conhecimento, mas parece ter afetado todas as freguesias. A prepotência demonstrada por esta entidade revela uma falta de ética e respeito pelos princípios democráticos. -----

Já agendei uma reunião com a Câmara Municipal para discutir este assunto. Gostaria de saber se a Câmara também tinha conhecimento desta decisão da ADIN e, caso contrário, questiono se a Câmara não exerce qualquer influência sobre estas decisões. É pertinente recordar que a própria AIN afirma que “devemos privilegiar os canais de comunicação com a Câmara”. -----

Estou empenhado em encontrar uma solução para este problema e em garantir que situações semelhantes sejam evitadas no futuro. Conto com o apoio e colaboração de todos para assegurar um diálogo transparente e respeitoso entre as entidades envolvidas”. -----

Em resposta à intervenção da Presidente de Junta de São Lourenço de Ribapinhão, a Presidente da Câmara confirmou o agendamento de uma reunião para discussão do assunto, à semelhança do que foi feito com outra Junta de Freguesia, afirmando que está a avaliar a possibilidade de marcação de uma reunião com todos os Presidentes de Junta do concelho. Referiu ainda que, há cerca de um ano atrás, o Presidente de Junta de Freguesia de Gouvinhas apresentou uma situação semelhante e a mesma foi resolvida de forma pacífica com a colocação de um contador no cemitério. O que agora aconteceu foram várias situações ao mesmo tempo em vários locais e que causaram todos estes constrangimentos, mas já outras situações existiram e foram resolvidas de forma tranquila. -----

Por fim, tomou a palavra a Presidente de Junta de Freguesia de Torre do Pinhão que, após cumprimentar os presentes, questionou a Presidente da Câmara Municipal sobre qual a legitimidade da AdIN para cortar a água dos fontanários e sem qualquer aviso prévio, dado que essa água não é dessa entidade, mas sim, águas que vêm de nascente e que foram doadas, pelos proprietários dos terrenos onde elas passam, para toda a população. -----

A Presidente da Assembleia Municipal referiu que deverá ser analisado o protocolo que foi celebrado com a AdIN, onde deverá constar se foi feito ou não o levantamento daquelas que são as nascentes e águas públicas, que estão sob administração da AdIN. -----

Tomou a palavra a Presidente da Câmara esclarecendo que o referido Protocolo ainda não foi analisado nesse ponto, e que quando foi constituída a AdIN, o capital social de cada concelho, foi constituído por material, reservatórios, depósitos e nascentes, pelo que, de momento, não pode responder à questão da Presidente da Junta de Torre do Pinhão. Para além disso, ainda hoje, esteve presente o Secretário da Junta de Freguesia de Torre do Pinhão numa reunião com o Vice-presidente da Câmara Municipal, onde entregaram um abaixo-assinado, relativo a este assunto, tendo o mesmo já sido encaminhado para a AdIN, pelo que não sabe porque houve esta atitude por parte da AdIN, contudo lamenta o sucedido. -----

---- **Ponto dois: Período da ordem do dia:** -----

----- **Dois ponto um: Informações e esclarecimentos da Mesa da Assembleia Municipal.** ---

A Presidente da Assembleia Municipal referiu que todas as respostadas solicitadas pelos Deputados às questões apresentadas na última sessão da Assembleia Municipal, foram remetidas, via e-mail institucional, aos respetivos destinatários. -----

----- **Dois ponto dois: Presente ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 (vinte e oito) de setembro de 2023 (dois mil e vinte e três).** -----

Colocado o assunto à discussão, solicitaram a palavra as Deputadas Maria João Bessa e Suzanne Peixoto. -----

Foi dada a palavra à Deputada Maria João Bessa, que questionou o porquê de na ata em apreço, mais concretamente no ponto 3 (três), não constar a intervenção do Município, dado que a mesma foi lida e entregue à Mesa. A Presidente da Assembleia respondeu que o regimento da Assembleia Municipal é claro, pois que, as atas apenas são um resumo do que se passa na sessão. Para além disso, existe uma recomendação específica da Comissão Nacional da Proteção de Dados, e uma vez que o assunto aqui trazido dizia respeito a um licenciamento de obra particular de terceiros, nunca o nome dessas pessoas poderia aparecer em ata. Assim na ata está claramente identificado o Município interveniente e o assunto que o mesmo apresentou à Assembleia, bem como os esclarecimentos que ao mesmo foram prestados, tudo como determinado na lei e no Regimento. Posteriormente acrescentou ainda que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 49.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, “As atas das sessões e reuniões, terminada a menção aos assuntos incluídos na ordem do dia, fazem referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas”. -----

Continuou a Deputada Maria João Bessa fazendo reparo para alguns erros ortográficos que constam da ata, nomeadamente nas páginas: 126, 129 e 130. -----

A Presidente da Assembleia Municipal respondeu que tomou nota dos erros apontados, os quais merecerão a sua melhor atenção para a sua eventual correção. -----

Tomou a palavra a deputada Suzanne Peixoto referindo que na ata, mais precisamente no ponto três – Período de Intervenção do Público, falta a intervenção do deputado José Luís Pereira Mota e da Presidente da Assembleia Municipal sobre o assunto. -----

Disse ainda que, relativamente às respostas dadas às questões por ela colocadas na última sessão da Assembleia Municipal, foram rececionadas no dia 26/12/2023, as respeitantes ao processo judicial movido contra o Município de Sabrosa pela firma Canelas Pinto e Filho e a referente ao processo intentado pelo Conselho Diretivo da Entidade Reguladora de Águas e Resíduos, faltando a informação relativa ao processo intentado pela Agência Portuguesa do Ambiente contra o Município de Sabrosa. -----

A Presidente da Assembleia Municipal disse que, relativamente às respostas que foram dadas pela Câmara Municipal às questões colocadas pela Deputada Suzanne Peixoto, vai verificar e,

confirmando-se tal ausência, pedirá aos serviços do Município esclarecimentos e envio dos elementos em falta. -----

Relativamente ao Deputado José Mota, o mesmo não fez qualquer intervenção, pelo que nada pode constar na ata e quanto à resposta dada ao Município que interveio na última sessão da Assembleia Municipal, esclareceu que o assunto foi tratado de acordo com o Regimento, que diz que: *“tratando-se de assuntos ligados a ações da Câmara Municipal”,* como é o caso, um licenciamento de obra particular, *“deve o Presidente da Assembleia Municipal, enviar ao Presidente da Câmara Municipal o registo da questão colocado pelo cidadão, podendo solicitar esclarecimentos e informações à Câmara Municipal”,* que foi exatamente o que foi feito. Acrescenta ainda que *“a Assembleia Municipal deve ser informada das respostas dadas ao cidadão pela Câmara Municipal”,* o que também já foi feito e enviado para conhecimento a todos os Membros desta Assembleia. -----

Não havendo qualquer outra intervenção foi a ata colocada à votação, não participando na votação os Deputados António Morgado, José Marques e João Borges, por não terem estado presente na referida sessão. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 (vinte e oito) de setembro de 2023 (dois mil e vinte e três), com 3 (três) votos contra dos Deputados Maria João Bessa, Suzanne Peixoto e Fernando Silva e 1 (uma) abstenção do Deputado Luís Baptista. -----

No uso da palavra a Deputada Maria João Bessa apresentou a seguinte declaração de voto contra, que por ter sido entregue à Mesa, de seguida se transcreve: *“A ata da reunião de 28 de setembro de 2023, não menciona, na sua redação, todas as intervenções feitas, bem como o relato exato do que se debateu no Ponto três – Período de Intervenção do Público.* -----

Se é verdade que as atas devem conter o essencial dos trabalhos, tal significa que delas deve resultar um conteúdo útil, claro e verdadeiro que não deixe dúvidas sobre o que efetivamente aconteceu na reunião. Não se trata de um mero formalismo. Os principais destinatários das atas não são apenas os Membros eleitos que compõem este órgão, mas sim toda a comunidade em geral. Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do PSD vota contra a ata”. -----

----- **Dois ponto três: Presente informação da Presidente da Câmara Municipal nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que apresentou a Informação prevista na citada alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, destacando os vários pontos da mesma. Iniciou-a dizendo que, “para além de intervenções de menor envergadura que foram acontecendo um pouco por todo o concelho e em vários âmbitos, há outras que não estando terminadas estão muito perto disso, como seja: a repavimentação da estrada Fermentões-Vilela, que era uma estrada que há muito precisava de ser intervencionada e que agora oferece as condições necessárias para a sua utilização; o término das obras do Interface da aldeia



Vinhateira de Celeirós do Douro, obra que beneficia em muito aquele aglomerado urbano, tornando Celeirós numa “nova” aldeia. Neste momento faltam terminar alguns trabalhos em travessas e outros de pormenor. -----

Quanto a projetos em Elaboração, para além de outros referenciados no documento, quero destacar-vos que estamos/ ou as empresas contratadas estão mesmo a terminar a elaboração da: da Reabilitação da Escola Básica e Secundária Miguel Torga – Sabrosa; o novo Fórum Comercial de Sabrosa; a Reabilitação/ampliação da ex-escola primária de Sabrosa, para instalação de um novo posto territorial da GNR; o Loteamento de Santa Bárbara – Fase II (custos controlados); a Via panorâmica com rota de miradouros do Cais da Foz (Gouvães) a Donelo; e da Estratégia Local da Habitação, sendo que a nossa expectativa é que em 2024 consigamos estar em obra com grande parte destes projetos. Alguns deles que consideramos estruturantes para o futuro do concelho. -----

No âmbito da Educação, Saúde e Ação Social, dá conta que: “Foi organizado e acompanhado a implementação dos serviços de apoio à educação e às famílias do concelho durante os meses do primeiro período escolar com alimentação, transportes, disponibilização da Escola a Tempo Inteiro, ou organização e implementação do ATL da interrupção letiva já deste Natal; E que também organizamos, por exemplo, atividades comemorativas variadas, muitas em colaboração com o Agrupamento de Escolas; refere ainda que a equipa de Boccia da Academia Sénior alcançou o 1.º lugar no Campeonato de Boccia Sénior da Inatel, sendo os melhores entre os vários Municípios participantes dos distritos de Vila Real e Bragança; também o município foi distinguido com a atribuição da distinção “Autarquias + Familiarmente Responsáveis”, atribuído pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, pelas suas boas práticas em matéria de responsabilidade familiar. Um feito que advém, e corrobora, o trabalho que tem vindo a ser feito e que é agora reconhecido a nível nacional. -----

No âmbito da Estratégia Local de Habitação, foi assinado o novo acordo de colaboração com o IHRU, na sequência da Revisão da ELH aprovada na última Assembleia, e que contempla a criação de soluções habitacionais de raiz para resposta a situações de precariedade e insalubridade e a continuação do trabalho no âmbito da solução habitacional – Aquisição e Reabilitação de imóveis. Ainda sobre a Estratégia Local de Habitação, relativamente à Aquisição de imóveis: Foram já adquiridos 13 Imóveis pelo Município (efetuado processo de compra e venda); 2 Imóveis estão em processo de compra (com deliberação do executivo para a compra); Foi adjudicada a prestação de serviços para elaboração de projetos de Arquitetura e Engenharia, para apresentação de candidatura ao PRR, nos termos do Programa Primeiro Direito: 10 imóveis (Procedimento em 2022) e 6 imóveis (Procedimento em 2023). Em processo de adjudicação de serviços para elaboração de projetos de Arquitetura e Engenharia temos: Construção de raiz de 10 imóveis e foram submetidas 2 candidaturas ao IHRU, de imóveis adquiridos pelo Município. - No âmbito da Medida 3. “Resolução de situações indignas em domínio privado - insalubridade/insegurança, sobrelocação e inadequação (Beneficiários Diretos - BD) temos



FI 18

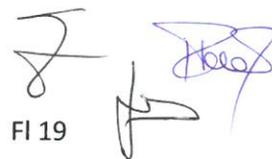
RUBRICAS

submetidas 5 candidaturas de Beneficiários Diretos ao IHRU e 2 candidatura aprovadas, já com Termo de Aceitação assinado pelos BD; foram realizadas visitas domiciliária, tendo já 9 novos BD a documentação para instrução de candidatura, aguardando-se a apresentação de respetivos orçamentos para formalização da candidatura.-----

No âmbito do Acolhimento cidadãs/cidadãos Ucrrianos deslocadas/os continuamos a dar apoio, orientação e acompanhamento a 5 elementos e no âmbito do Programa Apoiar a Primeira Infância – Creches Gratuitas, apoiamos atualmente 8 crianças do concelho. -----

Com o fim do CLDS e a necessidade de continuar a oferecer um serviço idêntico ao público sénior do concelho, temos em vigor um protocolo de Cooperação que dinamiza o projeto “Corpo São em Mente Sá”, que está a acontecer pelas várias localidades e Instituições do Município. --
Relativamente à nossa ação no âmbito da UOF de Desenvolvimento e Empreendedorismo Local, porque a atividade foi muita, variada e com qualidade, destaco apenas a realização das hastas públicas no âmbito da Área de Acolhimento Empresarial de Sabrosa. Atualmente temos 27 lotes vendidos dos 29 que até agora foram colocados à venda; destacando também a formalização de processos de aquisição de lotes de terrenos referentes ao Parque Industrial de São Martinho de Anta. Continuamos a colaborar com a NERVIR no serviço de prestação de informação empresarial a empresários e empresas do concelho e na elaboração de várias ações no âmbito do empreendedorismo; O fim do Sabrosa Summer Fest 2023, com o Concerto dos D.A.M.A; 23 e 24 de setembro com a 14ª Edição da Feira do Vinho e do Azeite em Provesende; o último espetáculo de 2023 do Festival Rir Sem Bilhete, que teve o Eduardo Madeira (Stand Up Comedy), no Auditório Municipal de Sabrosa e a realização do II Festival dos Produtos Durienses, no Mercado dos Produtos Durienses, que foi o sucesso como todos sabem e que promoveu o nosso concelho de uma forma única. Ainda no mês passado tivemos, a 06 de novembro, as Comemorações do 187º aniversário do Município de Sabrosa – Dia do Município e a 19 de novembro, a II edição do Sabrosa Trail por Terras de Magalhães, que superou a edição anterior em participações; apresentamos também neste período a Nova Marca de promoção do município “Descobrir Sabrosa” e o município participou na INTUR 2023, Feira de Valladolid, que decorreu de 16 a 19 de novembro. -----

No âmbito das Relações Institucionais e Eventos, realizámos o evento de Receção aos Docentes e Funcionários do novo Ano letivo, com a presença do Secretário de Estado da Educação Dr. António Leite e esteve, em representação do município, na Celebração dos IV Prémios Magallanes – Fundação Cajal, em Sevilha, onde foi recebida na Câmara Municipal de Sevilha para uma reunião de trabalho. Recebemos a Ministra da Agricultura em Sabrosa, no âmbito do II Festival dos Produtos Durienses e tem estado presente em várias iniciativas da CCDRN, como é exemplo a presença no Fórum Regional "Competitividade regional e pós 2030: O Norte na União Europeia. -----



Acrescenta ainda que, no período de referência em análise, no âmbito da gestão Administrativa, Financeira e Patrimonial, “esta Câmara Municipal, desde o início do ano, gerou um excedente orçamental total de €335.560,70, com excedentes correntes e de capital.” -----

Termina dizendo que se encontra disponível para responder a quaisquer questões respeitantes a este ponto da ordem de trabalhos. -----

Colocado o assunto à discussão, solicitaram a sua inscrição os Deputados Luís Baptista, João Borges e Suzanne Peixoto. -----

Tomou a palavra o Deputado Luís Baptista que, após cumprimentar os presentes e relativamente à aquisição de imóveis, no âmbito da ELH, questionou onde estes imóveis se localizam, qual o custo da sua aquisição, qual o custo da remodelação/reconstrução, se existiu, e a que fim se destinam. Continuou dizendo que, aquando da presença da Ministra da Agricultura no Mercado dos Produtos Durienses, esta disse no seu discurso, que o concelho de Sabrosa recebia uma verba acima de outros concelhos e que aqui se estão a desenvolver raças autóctones, questionando assim, quais são essas raças e onde estão a ser desenvolvidas. -----

Em resposta, a Presidente da Câmara Municipal esclareceu que cada habitação é comprada pelo valor da avaliação feita por um perito externo, não tendo havido, até ao momento, nenhum desvio em relação ao valor das avaliações. A sua localização tem dependido de onde há disponibilidade para aquisição pelo concelho, como por exemplo, em Torre do Pinhão e São Lourenço de Ribapinhão e destinam-se ao Mercado Social de Habitação, havendo já beneficiários inscritos a aguardar a sua ocupação. Acrescentou, ainda, que existe um Regulamento onde se definem as condições de acesso à atribuição de habitação social, disponível no site do Município, e cada beneficiário usufrui de uma medida de apoio diferente.

Quanto à segunda questão, confessa ter também ficado um pouco “admirada”, com o que a Ministra da Agricultura falou, pois que não sabe ao que ela se estava a referir. -----

A Presidente da Assembleia Municipal disse que as respostas da Presidente da Câmara Municipal às questões colocadas pelo Deputado Luís Baptista, ser-lhe-ão enviadas, por escrito, através da Mesa. -----

No uso da palavra, o Deputado João Borges perguntou se o projeto em elaboração para a reabilitação e ampliação da ex-escola primária de Sabrosa para novo posto da Guarda Nacional Republicana é para avançar, ao que a Presidente da Câmara Municipal respondeu que sim, de acordo com o protocolado pelo anterior executivo. -----

Continuou, o Deputado João Borges, declarando que os deputados eleitos pelo Partido Social Democrata estão contra a cedência da antiga escola primária para a instalação do quartel da GNR. Disse ainda que subscrevem, na íntegra, o que o Vereador Mário Varela referiu, no período de antes da ordem do dia, na reunião de câmara de 25/08/2022, pois, a concretizar-se, trará prejuízos vários à Santa Casa de Misericórdia de Sabrosa e ao Patronato de Santo António, e defendem que estas instituições é que deveriam poder utilizar o referido espaço. -----

Continua referindo-se às obras que estão a ser realizadas em Souto Maior pela AdIN, pois sabe

que as obras são da responsabilidade da AdIN, mas questiona se a fiscalização não caberá à Câmara Municipal de Sabrosa, à semelhança de outras obras que são feitas no concelho. -----

A Presidente da Câmara Municipal respondeu que a fiscalização das obras da AdIN não são da responsabilidade da Câmara Municipal. -----

Dando continuidade à ordem de inscrição, tomou a palavra a deputada Suzanne Peixoto pedindo esclarecimentos sobre quais as reclamações e queixas que foram concluídas. -----

Continua questionando também se o valor de 92 milhões relativo a reclassificações não estará incorreto. Acrescenta, ainda, que relativamente à sentença transitada em jugado do processo n.º 96, o valor deve estar incorreto e que, apesar de saber que não é deste executivo, se, à época dos acontecimentos, tivesse havido negociações com o empreiteiro, poderiam não ter chegado a um valor tão alto e de alguma forma poupado "alguns euros". -----

A Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões do deputado João Borges dizendo que, no que ao novo posto da GNR diz respeito, nunca foi manifestada qualquer intenção para uso do espaço, por parte do Patronato de Santo António. Em relação à Santa Casa da Misericórdia disse que a possibilidade do alargamento dos seus serviços para esse espaço, não é tão simples assim. Envolve obter acordos com a Segurança Social, exceto no caso de o espaço ser utilizado para arrumos e para o qual a instituição manifestou, há pouco tempo, esse interesse. Respondendo às questões da deputada Suzanne Peixoto, a Presidente da Câmara Municipal disse que quanto às queixas e reclamações estão a ser tratadas, tendo, inclusivamente, algumas já sido concluídas e outras estão em análise. Quanto aos processos serem negociados ou não, diz não serem processos do seu mandato, contudo, acredita que devem ter sido negociados, enquanto tal foi possível. -----

Finaliza, respondendo ao deputado João Borges que a fiscalização das obras da AdIN é feita por uma equipa externa, contratada pela AdIN e que o Município apenas faz o acompanhamento da obra. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

----- **Dois ponto quatro: Presente informação n.º 11428/23 da UOF AFP datada de 23 (vinte e três) de outubro de 2023 (dois mil e vinte e três), referente ao assunto:** Proposta de redução no Imposto Municipal sobre Imóveis às famílias com dependentes a cargo - IMI Familiar. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: "Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador Mário Varela, revogar a deliberação tomada em sede de reunião de executivo de 12 (doze) de outubro de 2023 (dois mil e vinte e três), constante na informação n.º 10796/23 do GAP, relativa a este assunto. Mais foi deliberado, fixar a redução da taxa de IMI a vigorar no ano 2024, a aplicar ao prédio urbano destinado a habitação permanente, de acordo com o número de dependentes do agregado familiar, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação". -----

A Presidente da Assembleia Municipal apresentou o assunto, dizendo que a proposta foi da iniciativa da Deputada Suzanne Peixoto, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, tendo sido discutida em reunião do executivo municipal com as alterações entretanto introduzidas por lei. - Foi dada a palavra ao Membros da Assembleia Municipal, não se registando qualquer intervenção, pelo que o assunto foi colocado a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, a proposta do Executivo Municipal de redução no Imposto Municipal sobre Imóveis às famílias com dependentes a cargo - IMI Familiar, com declaração de voto da Deputada Suzanne Peixoto, que por ter sido entregue à Mesa, de seguida se transcreve: "1 - A proposta dos Membros Eleitos do PSD Sabrosa referente ao IMI Familiar, foi apresentada em reunião de Assembleia Municipal no dia 28 de setembro de 2023; -----

2 – Após análise, a presidente da Mesa da Assembleia informou que a referida proposta deveria ser enviada para o Executivo, para ser apreciada e aprovada em primeira instância e posteriormente ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal. -----

3 – No dia 3 de outubro de 2023, o Membro da Assembleia Municipal Suzanne Peixoto eleita pelo partido PSD, enviou a proposta para a Presidente da Assembleia, Dra. Helena Pavão, para fazer parte integral da ata e a mesma poder ser enviada ao Executivo por via da Assembleia. Uma vez que, a ligação direta de qualquer Membro da Assembleia é feita através da Presidência da Assembleia; -----

4 – No dia 12 de outubro de 2023, a Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa, Dra. Helena Lapa, levou ao Executivo a supracitada proposta (Processo nº 10796/23 de 9/10/2023), como sendo de sua autoria e iniciativa, com a seguinte redação: -----

"Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe encarrega-me a Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa, Maria Helena Marques Pinto da Lapa, de remeter a proposta abaixo apresentada, a saber: De forma a continuar a ajudar a aliviar o orçamento das famílias com filhos do concelho de Sabrosa, e havendo a possibilidade de as famílias com filhos beneficiarem de um desconto no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – IMI Familiar, que consiste numa dedução fixa ao valor do imposto a pagar, que varia consoante o número de filhos que as famílias tenham a cargo, nos termos previstos no n.º 6, do artigo 11.º-A do Código do IMI, disponibiliza-se informação relativa ao número de agregados familiares com um, dois e três ou mais dependentes, com domicílio fiscal em prédio destinado a habitação própria e permanente situado na área territorial deste Município, comunicada pela Autoridade Tributária através de e-mail, datado de 13 de setembro de 2023 a esta Câmara Municipal"; -----

5 – O Vereador Mário Varela, questionou este assunto, e solicitou ao Sr. Vice-Presidente do Executivo (uma vez que não esteve presente na reunião do executivo a Sr.ª Presidente da Câmara), que o esclarecesse sobre o motivo pelo qual não consta da Ordem de Trabalhos desta Reunião de Câmara, a proposta dos Membros da Assembleia Municipal, eleitos pelo PSD, apresentada em sede própria no dia 28/09/2023, e que foi remetida a este órgão via Mesa da Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----

O Vice-Presidente do Executivo informou em reunião de Executivo de 12 de outubro de 2023, que da Assembleia Municipal não chegaram ao Executivo Municipal propostas, contudo diz saber que foi um Membro do PSD que levantou a questão do IMI Familiar, na última sessão de Assembleia. Confirmou que este assunto tem de ser analisado em sede da reunião do Executivo Municipal, para posterior aprovação em sessão da Assembleia Municipal e ainda acrescentou que a proposta apresentada neste Processo n.º 10796/23 de 9/10/2023, vem em nome da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal. -----

O Vereador Mário Varela constatou que a proposta remetida via Assembleia Municipal, pelo Grupo Parlamentar do PSD não constava dos documentos a analisar e deliberar na Reunião de Executivo. -----

6 – No dia 23 de outubro de 2023, a Presidente do Executivo voltou a levar o processo do IMI Familiar (Processo n.º 11428/23 de 23 de outubro de 2023), à Reunião de Executivo, com a seguinte redação: -----

“Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, encarrega-me a Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa, Maria Helena Marques Pinto da Lapa, de remeter a proposta abaixo apresentada, a saber: -----

De forma a continuar a ajudar a aliviar o orçamento das famílias com filhos do concelho de Sabrosa, acolhendo a proposta apresentada pela Deputada Municipal Suzanne Peixoto, em nome dos Membros eleitos pelo Partido Social Democrata, entretanto desatualizada em virtude da publicação da Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, que aprova medidas no âmbito da habitação, procedendo a diversas alterações legislativas existentes, foi uma proposta concretizada na Informação/processo n.º 10796/23, datada de 09/10/2023, dando a possibilidade de as famílias com filhos beneficiarem de um desconto no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – IMI Familiar, que consiste numa dedução fixa ao valor do imposto a pagar, que varia consoante o número de filhos que as famílias tenham a cargo, nos termos previstos do n.º 6, do artigo 112.º-A do Código do IMI. -----

Neste sentido, disponibiliza-se informação relativa ao número de agregados familiares com um, dois e três ou mais dependentes, com domicílio fiscal em prédio destinado a habitação própria e permanente situado na área territorial deste Município, comunicada pela Autoridade Tributária através de e-mail, datado de 13 de setembro de 2023 a esta Câmara Municipal” e ainda acrescenta “Sobre a Informação/processo n.º 10796/23, que os efeitos da deliberação de aprovação do órgão executivo sejam revogados”; -----

7 – Usou a palavra o Vereador Mário Varela, proferindo a seguinte declaração de voto: “Relativamente a este assunto, é para mim inaceitável que se pratiquem atos de revogação de deliberações, absolutamente injustificadas, sem qualquer fundamento legal e falseando no seu todo, ou de forma parcial a informação transmitida. A forma como este assunto é novamente presente à Reunião de Executivo, assume contornos absolutamente miseráveis do ponto de vista administrativo, próprios de quem se vale de tudo e mais alguma coisa para atingir fins de

natureza política, no caso concreto, a Sra. Presidente de Câmara e a Sra. Presidente da Assembleia Municipal. Assim, e considerando que foi apreciada uma proposta, em Reunião de Câmara efetuada no dia 12/10/2023, no Ponto 2.1 da sua Ordem de Trabalhos, documento da responsabilidade da Sra. Presidente do Executivo, relativa ao IMI Familiar, que foi aprovado por unanimidade, julgo não ser admissível, para de forma séria, voltar a discutir e apreciar um documento em tudo idêntico ao já aprovado anteriormente, abstendo-me como tal de pronúncia relativa ao mesmo". -----

8 - Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do PSD, lamenta e condena a atitude da Presidência deste Executivo Municipal. Uma proposta da iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD, que seguiu os seus trâmites legais, foi apresentada na Reunião de Executivo como sendo da iniciativa da Sr.ª Presidente, o que demonstra uma total falta de ética política, rigor e transparência que se lhe exige no cargo que ocupa. Mais grave ainda, quando a Sr.ª Presidente afirma na reunião de Executivo de 26 de outubro que a Presidente da Mesa da Assembleia, e passo a citar: "...não fez chegar a dita proposta à Câmara, pelo que não houve conhecimento de outra proposta." fim de citação. Falta de verdade pois na reunião de Assembleia de 28 de setembro, na discussão desse assunto, no ponto dois ponto cinco, a Sr.ª Presidente disse que: "...irá estudar a medida em sede de reunião do Executivo". -----

"Tomou a palavra a Presidente da Câmara Municipal dizendo que Sabrosa não tem em vigor esta medida do IMI Familiar, mas também é um dos poucos Municípios do distrito de Vila Real que fixou o valor mais baixo do IMI, contudo irá estudar a medida em sede de reunião do Executivo. -----

*Não havendo mais intervenções, foi o assunto colocado a votação." -----
Falta de coerência e competência da Presidente da Mesa da Assembleia, que não enviou ao Executivo a proposta tal como tinha ficado combinado na Sessão de Assembleia Municipal de 28/09/2023. -----*

A Presidente da Câmara Municipal esclareceu que não esteve presente na última reunião e a Presidente da Assembleia Municipal não fez chegar a dita proposta à Câmara, pelo que não houve conhecimento de outra proposta. Assim, por justiça aos Membros do PSD, que foram os que apresentaram a proposta, se submeteu novamente a reunião de executivo. -----

Usou da palavra o Vereador Mário Varela dizendo que, a Presidente deverá ler a ata na intervenção dele da reunião anterior relativamente a este assunto. -----

9 - A proposta do PSD estava atualizada no dia que foi apresentada, só não propunha os valores que constam na atual Proposta Nacional, porque estes só ficaram definidos à posteriori, em Decreto Lei, no dia 6 de outubro, (Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro). -----

10 - Conforme foi evidenciado na Assembleia de 28 de setembro de 2023, o Executivo não procedeu à nomeação para o IMI familiar. Se essa fosse sua intenção e prioridade, já teria sido concretizada aquando da apresentação da proposta do IMI. Importa salientar que, a Sr.ª Presidente do Executivo afirmou que este assunto já nem deveria ser debatido, uma vez que o

prazo estipulado terminou a 15 de setembro, pelo que não seria possível retomar esta discussão. No entanto, é fundamental esclarecer que essa data serve meramente como uma indicação para a Autoridade Tributária informar os municípios sobre o número de agregados familiares elegíveis para o desconto no IMI. Posteriormente, os municípios têm até 31 de dezembro para comunicar a sua decisão à Autoridade Tributária relativa ao ano fiscal em questão. -----

11 – O Grupo Parlamentar do PSD, está de acordo com a proposta apresentada pelo seu partido, visto que visa aliviar o orçamento das famílias com descendentes residentes no concelho. No entanto, repudia a abordagem da Presidente do Executivo em relação à forma como pretende utilizar o que foi proposto por terceiros. -----

O Grupo Parlamentar do PSD, apoia as iniciativas que vá ao encontro para servir as pessoas, mesmo sendo propostas que não sejam da sua autoria e sejam de outro grupo parlamentar. Não tem problema em assumir uma proposta da oposição, que acrescente valor ao município e aos munícipes. Não pode admitir que a oposição queira usar de bandeira o que nunca esteve em cima da mesa socialista para integrar. Todo este enredo era desnecessário, se simplesmente a verdade prevalecer à mentira. Como diz o ditado “É pior a emenda que o soneto...”. -----

Em resposta à Deputada Suzanne Peixoto, a Presidente da Assembleia Municipal leu o email que a mesma lhe enviou no dia 03/10/2023, e que foi do seguinte teor: -----

“Exma. Sra. -----

Presidente da Assembleia Municipal de Sabrosa -----

Dra. Helena Pavão -----

Conforme combinado envio em anexo as propostas do PSD, levadas à assembleia de 28 de setembro de 2023, na qual tinha em documento e para fazer parte integral da ata. -----

Aqui não constam as outras intervenções que também devem ser incluídas. -----

Desde já agradeço a atenção dispensada -----

Com os melhores cumprimentos. -----

Suzanne” -----

Continua dizendo que, a esta mensagem foram juntos dois anexos, em formato PDF: “Proposta IMI familiar” e “Proposta divulgação”. -----

Assim, resulta claro que a Senhora Deputada apenas enviou as suas propostas à Presidente da Assembleia, para efeitos da sua transcrição na ata, não pedindo, ou sugerindo sequer, qualquer reencaminhamento ou envio da referida proposta para o Executivo Municipal. -----

Mais acrescentou a Presidente da Assembleia que, na última sessão da Assembleia Municipal, todos ouviram a proposta apresentada pela Deputada Suzanne, tendo esta sido esclarecida sobre o procedimento a adotar, ou seja, de que a sua proposta deveria ser enviada ao Executivo Municipal, diretamente pela própria, ou através da Mesa ou até através do seu Vereador, de acordo com o que a lei determina, especificamente na alínea c), do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013. Continuou dizendo que, dada urgência do assunto, a Presidente da Câmara Municipal entendeu, e bem, que o mesmo deveria ser presente a reunião do Executivo Municipal, o que veio a

acontecer. Posteriormente, em conversa entre as Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal, foi recordado o assunto e entendido que não seria correto, por respeito à Deputada, uma deliberação do Executivo Municipal que não referisse a proposta da mesma. Assim, para repor a verdade e pelo respeito que a oposição merece, a Presidente da Câmara Municipal pediu a alteração da sua própria proposta, de forma a referenciar, como autora da proposta, a Deputada Suzanne Peixoto e o seu Grupo Parlamentar, o que mereceu o acolhimento do Executivo e aqui está hoje em discussão. -----

Tomou de novo a palavra a Deputada Suzanne Peixoto referindo que entendeu que fez aquilo que deveria ter sido feito, pois que a sua ligação é com a Assembleia Municipal e não com o Executivo Municipal. Desta forma, a Presidente da Assembleia Municipal, estando na posse da proposta por ela enviada, deveria tê-la feito chegar ao Executivo Municipal, o que não fez, mesmo sendo claro para todos, de onde vinha a proposta. -----

A Presidente da Assembleia Municipal disse que a Deputada Suzanne Peixoto e o seu Grupo Parlamentar deveriam estar orgulhosos pela retificação desta situação e pelo facto de ter sido reconhecida claramente a autoria da proposta apresentada, que acaba de ser aprovada pela Assembleia. -----

----- **Dois ponto cinco: Presente informação n.º 12735/23 da UOF AFP datada de 20 (vinte) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), referente ao assunto:** Documentos Previsionais para o ano económico de 2024 (dois mil e vinte e quatro). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *“Aprovado por maioria, com os votos contra dos Vereadores Mário Varela e António Correia, os Documentos Previsionais para o ano económico 2024 (dois mil e vinte e quatro), contendo: Orçamento da receita, orçamento da despesa, plano plurianual de investimentos, plano de atividades municipal, mapa de contingências, mapa das entidades participadas, sistema de normalização contabilística da administração pública, taxas e licenças: atualização, fundo de maneio, protocolo de delegação de competências nas freguesias, informação de transferências financeiras para os municípios, normas de execução orçamental, mapa do resumo do orçamento, mapa de empréstimos – Previsão de encargos, mapa de pessoal, mapa anual de recrutamento autorizado, autorização genérica: dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, balaço previsional. Mais foi deliberado submeter à aprovação da Assembleia Municipal de acordo com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação”.* -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que apresentou a seguinte intervenção: - *“Nestes documentos previsionais para 2024 que se submetem aqui à apreciação, discussão e deliberação dos órgãos executivo e deliberativo, é importante começar por destacar que temos neles identificadas e presentes as reais necessidades a suprir do nosso concelho, os compromissos assumidos com todos os intervenientes políticos e sociais, e demais agentes da nossa sociedade, e os investimentos que consideramos estratégicos para o desenvolvimento do*

território. É também um orçamento de continuidade, porque abarca projetos e investimentos já iniciados, e que, neste sentido, o dota de rigor no planeamento no âmbito da sua elaboração. -- Para a sua construção foram solicitados contributos em todos os quadrantes da nossa ação, desde forças políticas, associativas e sociais. Infelizmente, nem todos contribuíram para isso, não apresentado quaisquer propostas para incluir neste, o que denota, deste ponto de vista, uma de duas coisas: não têm propostas ou soluções a apresentar ao concelho, ou, em alternativa, que confiam cabalmente no trabalho que está a ser desenvolvido por quem está a gerir os destinos do concelho de Sabrosa. -----

Como resultado final, temos um documento construído com o contributo de "muitos" e de todos aqueles que cooperaram, democraticamente, na sua elaboração. Neste sentido, às Juntas de Freguesia, Instituições e Associações do concelho e outros agente ativos da nossa sociedade local deixo um agradecimento. -----

Realçando algumas linhas principais dos documentos previsionais que se apresentam, dá-se nota que o orçamento para 2024 aumentou, quase mais 11% face ao ano transato, cifrando-se num valor global aproximado de quase 14,3 milhões de euros, tendo um Equilíbrio Orçamental Corrente de mais de €429.246,20. -----

Respeita o calendário estabelecido por lei para a sua elaboração e cumpre os princípios e das regras de elaboração e conceção do orçamento municipal de 2024. -----

Volta a ter um aumento no investimento nas funções sociais, quer ao nível do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), quer ao nível do Plano Atividades Municipais (PAM), com aumentos de 24% e 51%, respetivamente. -----

No PPI, p. exemplo, há, na habitação, um investimento de +2394%, face a 2023, fruto da concretização da Estratégia local de habitação, e também um aumento de +49% na Saúde, ou de 28% no Comércio e Turismo. -----

No PAM têm-se um aumento nas Funções Sociais (educação, ação social e cultura) de + 31% face ao ano anterior. -----

Números que traduzem um reforço do acompanhamento e apoio social que é feito no, e para, o concelho e seus agentes, quer através de medidas já implementadas e projetos existentes, ou de outros que agora se preveem, que promovem a inclusão, educação, saúde e proteção social e convergem no sentido da menor desigualdade entre todos, e no desenvolvimento do nosso concelho. -----

São exemplos desta política: Novo reforço do valor de atribuição da verba de incentivo à natalidade, para o valor de 2250€ por nascimento/adoção; Implementação de projeto de Teleassistência a Idosos no concelho; Novo aumento, e mais abrangente, da comparticipação municipal na fatura da água; Execução/concretização, em obra, da Estratégia Local de Habitação; Reforço das verbas atribuídas às juntas de Freguesia. -----

E a manutenção de medidas como: Continuação da medida "Creches Gratuitas para todos"; Concretização do projeto do programa de apoio à construção habitacional para jovens;

Continuação da aplicação de um Pacote de Medidas Fiscais de atração ao investimento e às famílias; Continuação da medida de Apoio à Recuperação de Habitações Próprias Degradadas; Atribuição de bolsas de apoio ao ensino superior; No âmbito da promoção do território e da cultura, continuamos a: Disponibilizar cultura gratuita e para todos; Promover a descentralização da cultura, levando-a às freguesias; Dinamizar o Mercado dos Produtos Durienses com uma programação de referência regional e nacional; Promover o Festival Literário Douro – FliD, como evento cultural de referência do concelho e da região; Assegurar a abertura ao público, com um horário e condições regulares dos Espaços Culturais Municipais; Promover eventos associados ao património arqueológico e à história do concelho; Promover eventos de cariz tradicional, como a “Feira do Vinho e do Azeite” ou a “Lagarada Tradicional”; Promover eventos para os jovens; Continuar a promover eventos desportivos de referência, como é exemplo o “Trail – Por Terras de Magalhães”, e promover a melhoria das condições dos equipamentos desportivos municipais; Concretização de projetos de valorização do património e do território; -----

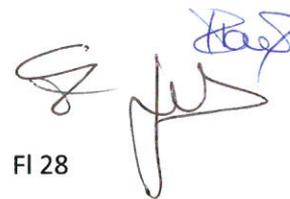
Para além disto, o Orçamento 2024 contempla vários investimentos/projetos estruturantes para o concelho que, em diferentes fases de execução, vão transformar e melhorar a realidade quotidiana dos nossos munícipes e de quem nos visita. Destaca-se: -----

A aquisição da restante parte que o município não detém da “Quinta do Conde”, em Sabrosa, e elaboração de projeto para o espaço; O início dos trabalhos de Requalificação do Mercado Municipal de Sabrosa em “Fórum Comercial de Sabrosa”; Concretização do Projeto da Zona Industrial de São Martinho de Anta; Concretização do novo Quartel da GNR de Sabrosa; Concretização do Projeto da Rota dos Miradouros – Pinhão/Donelo; Concretização dos projetos de Regeneração Urbana no concelho; Em suma, e não podendo dar nota de todos os projetos nele contemplados, porque são muitos e facilmente consultáveis, realça-se, mais uma vez, que este é um orçamento que retrata as principais e reais necessidades a suprir do nosso concelho, que tem nele os compromissos assumidos, as carências e urgências identificadas por todos os intervenientes políticos e sociais, e demais agentes da nossa sociedade, e os investimentos que consideramos estratégicos para o desenvolvimento do território. -----

E, Acresce de 11% do Orçamento total, face ao ano anterior; há um Equilíbrio orçamental corrente e total previsto; prevê-se um arranque em 2024 sem faturas registadas por pagar, pelo 7.º ano consecutivo; Há Diminuição ao valor em dívida às instituições de crédito de (aproximadamente) - 5%, no final do ano; -----

Assim, continuamos a abraçar o presente e o futuro do concelho de Sabrosa”. -----

A Presidente da Assembleia Municipal solicitou que fosse distribuído um documento com o resumo das rubricas orçamentadas para a Assembleia Municipal, para que fosse mais fácil a leitura dos encargos previstos para a atividade deste órgão, nomeadamente com as despesas de funcionamento, senhas de presença, transporte e formação. -----



De seguida, foi dada a palavra ao Deputado Luís Baptista que, relativamente ao documento entregue, solicitou esclarecimentos sobre as horas extraordinárias e suplementos e prémios, questionando sobre o que são, para quem e em que circunstâncias são atribuídos. -----

A Presidente da Assembleia Municipal solicitou que o Chefe de Divisão da UOF-AFP, João Areias, pudesse apresentar os devidos esclarecimentos. -----

O Chefe de Divisão da UOF-AFP, João Areias, após cumprimentar os presentes, esclareceu que as horas extraordinárias, são para pagamento aos funcionários do Município que estão ao serviço das sessões da Assembleia Municipal e, quanto aos suplementos e prémios, é a rubrica por onde são pagas as senhas de presença aos Membros da Assembleia Municipal presentes em cada sessão, sejam ordinárias ou extraordinárias. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Sabrosa questiona a que se refere a rubrica relativa a transporte, ao qual o Chefe de Divisão responde que corresponde ao pagamento das despesas de transportes aos Membros da Assembleia Municipal que a ele tenham direito, quando se deslocam a sessões da Assembleia Municipal ou em representação desta. -----

Tomou a palavra o Deputado João Borges, questionando se não deveria ter havido uma reunião prévia com a Mesa e os representantes de cada partido para discussão do orçamento desta Assembleia Municipal. -----

A Presidente da Assembleia Municipal esclareceu não ter sentido essa necessidade, contudo será uma situação que poderá ser melhorada no futuro, acrescentando que entendeu ser importante trazer este primeiro contributo para ser discutido e que para o próximo ano estará aberta a essa possibilidade. -----

Não se registando qualquer outra intervenção, foi o assunto colocado à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, os Documentos Previsionais para o ano económico de 2024 (dois mil e vinte e quatro) que contém: Orçamento da receita, orçamento da despesa, plano plurianual de investimentos, plano de atividades municipal, mapa de contingências, mapa das entidades participadas, sistema de normalização contabilística da administração pública, taxas e licenças: atualização, fundo de maneiio, protocolo de delegação de competências nas freguesias, informação de transferências financeiras para os municípios, normas de execução orçamental, mapa do resumo do orçamento, mapa de empréstimos – Previsão de encargos, mapa de pessoal, mapa anual de recrutamento autorizado, autorização genérica: dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, balaço previsional, demonstração de resultados previsional, demonstração de fluxos de caixa previsional, com 6 (seis) votos contra dos Deputados Maria João Bessa, Suzanne Peixoto, João Borges, Fernando Silva, Luís Baptista e Luís Almeida e 3 (três) abstenções dos Deputados António Morgado, Ana Cristina Rente e Cilina Vilela. Foram ainda apresentadas duas declarações de sentido de voto, uma de sentido de voto favorável à aprovação dos Documentos Previsionais do ano económico de 2024 (dois mil e vinte e quatro) pelo Deputado José Marques, em representação dos Membros eleitos pelo Partido Socialista e uma de sentido de voto contra, apresentada pelo Deputado João Borges, em representação dos



Membros eleitos pelo Partido Social Democrata, que foram entregues à Mesa e a seguir se transcrevem. -----

Declaração de voto favorável apresentada pelo Deputado José Marques: *“Mais uma vez em contextos de conjuntura nacional e internacional complexos e em nada favoráveis ao normal planeamento e concretização de dinâmicas territoriais de desenvolvimento é apresentado um orçamento para 2024 caracterizado e alicerçado na ambição de melhor servir os nossos municípios ampliando e reforçando o investimento nas funções sociais municipais em articulação com as Juntas de Freguesia e o tecido institucional, nomeadamente as associações do nosso concelho.* -----

Antes de entrar propriamente no plano felicito o executivo municipal pela boa notícia de se prever um arranque em 2024 sem faturas registadas por pagar; -----

Da análise dos Documentos previsionais, constata-se como já aqui foi referido um aumento orçamental global de aproximadamente 11% face ao ano anterior (14,3 milhões de euros) sendo de sublinhar, no contexto do equilíbrio orçamental, um superavit previsional de aproximadamente 430 000€. -----

Quer o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), quer o Plano de Atividades Municipais (PAM) estão fortemente marcados, como já referi, por um aumento nas funções sociais. -----

Neste sentido, é de sublinhar a forte aposta nas seguintes áreas e setores: -----

- *Na concretização da Estratégia local de habitação, Habitação a custos controlados para os jovens, continuação da medida de Apoio à Recuperação de Habitações Próprias Degradadas.*

- *Nas medidas de apoio social às famílias e às instituições. No apoio direto às famílias sublinha-se o aumento de apoio à natalidade para um valor de 2250€ por nascimento/adoção; Implementação de projeto de Teleassistência a Idosos no concelho; na comparticipação municipal na fatura da água; (domésticos e não domésticos); a manutenção do programa “Creches Gratuitas para todos”; a aplicação de um Pacote de Medidas Fiscais de atração ao investimento e às famílias; Atribuição de bolsas de apoio ao ensino superior (apoio a mais de uma centena de alunos = 68.000€);* -----

- *Saúde, na educação, ação social e cultura, no Comércio e Turismo, sem descurar a aposta estratégica na beneficiação rodoviária e regeneração urbana e o reforço das verbas atribuídas às Juntas de Freguesia – no sentido de melhor servir e melhorar a qualidade de vida dos nossos municípios.* -----

- *Requalificação Mercado Municipal;* -----

- *Concretização do Projeto da Zona Industrial de São Martinho de Anta;* -----

- *Concretização do novo Quartel da GNR de Sabrosa;* -----

- *Concretização do Projeto da Rota dos Miradouros – Pinhão/Donelo;* -----

- *Concretização dos projetos de Regeneração Urbana no concelho”.* -----

Declaração de voto contra apresentada pelo Deputado João Borges: *“Relativamente ao Orçamento e Opções do Plano para o ano de 2024, constata-se uma notável estagnação no*

conteúdo programático, em comparação com os documentos dos anos anteriores. Com efeito, observa-se uma escassez de inovação substancial, sendo o documento, salvo algumas alterações nos montantes finais e em certas rubricas específicas, essencialmente uma reprodução do orçamento de 2023. -----

Adicionalmente, é evidente a ausência de uma visão estratégica de longo prazo que promova a atratividade e fixação de famílias e empresas em nosso concelho. Além disso, não se identifica qualquer abordagem estratégica destinada a maximizar o potencial turístico do nosso território.

Quanto aos montantes destinados às Juntas de Freguesia no referido Orçamento, constata-se que os valores alocados parecem mais servir como uma mera forma de ilusão para os Presidentes de Junta, uma vez que as quantias atribuídas a estas rubricas se situam predominantemente entre os 1.000€ e os 5.000€. -----

Face a estas considerações, os deputados eleitos pelo Partido Social Democrata (PSD) manifestam a sua posição desfavorável, votando, assim, contra o presente Orçamento". -----

----- **Dois ponto seis: Presente informação n.º 10484/23 da UOF AFP datada de 29 (vinte e nove) de setembro de 2023 (dois mil e vinte e três), referente ao assunto:** Informação semestral sobre a situação económica, financeira e orçamental – 1.º semestre de 2023 (dois mil e vinte e três), prestada pelo Revisor Oficial de Contas. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: "*Tomado conhecimento, submetendo à Assembleia Municipal*". -----

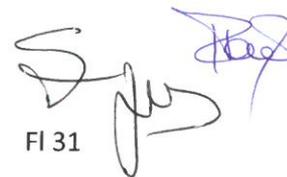
A Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém pretendia intervir neste ponto, tendo a Deputada Suzanne Peixoto, solicitado a sua inscrição. -----

Tomou a palavra a deputada Suzanne Peixoto afirmando que, como já referido em sessões anteriores da Assembleia Municipal, o Revisor de Contas deveria estar presente nestas sessões para prestar esclarecimentos ou até para fazer uma breve apresentação da informação em análise. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

----- **Dois ponto sete: Presente parecer do Gabinete Jurídico datada de 11 (onze) de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três), com o registo n.º 6812-23, e informação n.º 13110/23 da UOF OSOT, datada de 4 (quatro) de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três) referente ao assunto:** Pedido de declaração de interesse municipal para ocupação de área REN (Reserva Ecológica Nacional) - Requerente Quinta do Crasto, S.A. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: "*Aprovado, por unanimidade, emitir parecer favorável ao pedido de Declaração de Interesse Municipal, submetendo à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo n.º 33, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação*". -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que referiu que este pedido surgiu da necessidade de investimento, por parte da requerente, para instalação de uma adega, entre São Martinho de Anta e Sabrosa, cujo investimento rondará os cinco a sete milhões de euros e irá gerar emprego para cerca de 40 (quarenta) pessoas. -----



Foi dada a palavra aos Membros da Assembleia Municipal, não se registando qualquer intervenção, pelo que foi o assunto colocado à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a proposta do Executivo Municipal para emissão de parecer favorável ao pedido de Declaração de Interesse Municipal para ocupação de área REN (Reserva Ecológica Nacional), requerido pela Quinta do Crasto, S.A, com 1 (uma) abstenção do Deputado Luís Baptista. -----

Tomou a palavra o Deputado António Morgado, dizendo que o seu voto favorável vem no sentido de reforçar a posição da bancada do "Movimento Já!" e que se revê na declaração de voto do Vereador António Correia, apresentada na Reunião do Executivo que aprovou este assunto. ----

----- **Dois ponto oito: Presente informação n.º 13478/23 da UOF AFP datada de 11 (onze) de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três), referente ao assunto:** Modificação Orçamental n.º 23, que corresponde à Alteração Modificativa n.º 3 (Revisão), Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Despesa n.º 4, Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Receita n.º 2, Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais n.º 4 e à Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento n.º 3. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por unanimidade, a Modificação Orçamental acima mencionada e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação"*. -----

Foi dada a palavra aos Membros da Assembleia Municipal, não se registando qualquer intervenção, pelo que foi o assunto colocado à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a Modificação Orçamental n.º 23, que corresponde à Alteração Modificativa n.º 3 (revisão), Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Despesa n.º 4, Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Receita n.º 2, Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais n.º 4 e à Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento n.º 3, com 7 (sete) abstenções dos Deputados João Borges, Suzanne Peixoto, Maria João Bessa, Fernando Silva, António Morgado, Luís Almeida e Luís Baptista. ----

----- **Dois ponto nove: Presente informação n.º 13411/23 da UOF AFP datada de 11 (onze) de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três), referente ao assunto:** Terceira alteração ao Mapa de Pessoal 2023 (dois mil e vinte e três). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por unanimidade, a terceira alteração ao Mapa de Pessoal 2023 (dois mil e vinte e três), submetendo à apreciação da Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 5 do artigo 29.º, do Anexo I, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação"*. -----

Foi dada a palavra aos Membros da Assembleia Municipal, não se registando qualquer intervenção, pelo que foi o assunto colocado à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a terceira alteração ao Mapa de Pessoal 2023 (dois mil e vinte e três), com 1 (uma) abstenção do Deputado Luís Baptista. -----

----- **Dois ponto dez: Presente informação n.º 13412/23 da UOF AFP datada de 11 (onze) de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três), referente ao assunto:** Terceira alteração ao Mapa

Anual de Recrutamento Autorizado (MARA) 2023 (dois mil e vinte três). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por unanimidade, a terceira alteração ao Mapa de Anual de Recrutamento Autorizado (MARA) 2023 (dois mil e vinte e três), submetendo à Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 30.º, Anexo I, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação"*. -----

Foi dada a palavra aos Membros da Assembleia Municipal, não se registando qualquer intervenção, pelo que foi o assunto colocado à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a terceira alteração ao Mapa Anual de Recrutamento Autorizado (MARA) 2023 (dois mil e vinte e três), com 1 (uma) abstenção do Deputado Luís Baptista. -----

----- **Dois ponto onze: Presente informação n.º 13115/23 da UOF AFP datada de 30 (trinta) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), referente ao assunto:** Lista de adjudicações plurianuais, de 1 (um) de setembro a 30 (trinta) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), em cumprimento da deliberação aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 29 (vinte e nove) de dezembro de 2022 (dois mil e vinte e dois). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Tomado conhecimento, submetendo à Assembleia Municipal"*. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

----- **Dois ponto doze: Presente informação n.º 7384/23 da UOF OSOT datada de 17 (dezassete) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), referente ao assunto:** Pedido de 2 (dois) lugares de estacionamento na Avenida General Alves Pedrosa – Isenção de taxas de ocupação da via pública – Fundação Patronato Santo António. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por unanimidade, atribuir 2 (dois) lugares de estacionamento na Avenida General Alves Pedrosa, em frente à entrada principal do edifício da Fundação Patronato de Santo António de Sabrosa. Mais foi deliberado submeter à aprovação da Assembleia Municipal a isenção das taxas de ocupação da via pública, de acordo com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação"*. -----

Foi dada a palavra aos Membros da Assembleia Municipal, não se registando qualquer intervenção, pelo que foi o assunto colocado à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade a isenção do pagamento das taxas de ocupação da via pública à Fundação Patronato de Santo António, referente aos 2 (dois) lugares de estacionamento na Avenida General Alves Pedrosa, em Sabrosa. -----

----- **Dois ponto treze: Presente informação n.º 12940/23 da UOF OSOT datada de 27 (vinte e sete) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), referente ao assunto:** Contrato de permuta de áreas entre o Município de Sabrosa e Júlio César Araújo Caçador e mulher, Maria da Conceição de Araújo Benjamim, e Cláudia Raquel Araújo Caçador e marido Rui Filipe Montezinho Botelho. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por unanimidade, a minuta do contrato de permuta de 84 m2 de área entre o Município de Sabrosa e Júlio César Araújo Caçador e mulher Maria da Conceição de Araújo Benjamim, e*

Cláudia Raquel Araújo Caçador e marido Rui Filipe Montezinho Botelho, bem como autorizar a Presidente da Câmara Municipal a outorgar o respetivo contrato. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal a afetação da área no domínio público, de acordo com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação". -----

Foi dada a palavra aos Membros da Assembleia Municipal, não se registando qualquer intervenção, pelo que foi o assunto colocado à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, a afetação da área de 84 m² ao domínio público municipal, de acordo com a alínea q), do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, condicionada à assinatura do competente contrato de permuta. -----

----- Dois ponto catorze: Presente informação n.º 13209/23 da UOF OSOT datada de 4 (quatro) de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três), referente ao assunto: Protocolo para a constituição de agrupamento de entidades adjudicantes – Recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por unanimidade, a minuta de protocolo a celebrar entre os Municípios de Sabrosa, Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião, para constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes para lançamento de procedimento aquisitivo e subseqüentes celebração de contrato em ordem à aquisição de serviços de gestão de resíduos urbanos e limpeza, bem como autorizar a Presidente da Câmara Municipal a outorgar o respetivo protocolo. Mais foi deliberado autorizar a abertura do procedimento de concurso público, com publicação no Diário da República e no Jornal oficial da União Europeia, de acordo com o previsto no artigo na alínea c), do n.º 1, do artigo 16.º, conjugado com os artigos 17.º, 18.º e alínea a) do n.º 1, do artigo 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP). Foi ainda deliberado emitir parecer favorável à designação do Município do Peso da Régua, como representante do Agrupamento, delegando-lhe as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso, nos termos do previsto nas cláusulas 4.ª e 8.ª do Protocolo anteriormente referido e submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea b, do n.º 1 do artigo 33.º". -----*

Foi dada a palavra aos Membros da Assembleia Municipal, não se registando qualquer intervenção, pelo que foi o assunto colocado à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a proposta do Executivo Municipal de constituição de agrupamento de entidades adjudicantes – Recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho, do teor do respetivo protocolo a celebrar entre os Municípios de Sabrosa, Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião e da designação do Município do Peso da Régua como representante do Agrupamento no lançamento do procedimento de contratação pública, com 1 (uma) abstenção do Deputado Luís Baptista. -----

----- Dois ponto quinze: Presente informação n.º 13091/23 da UOF ESAS, datada de 29 (vinte e nove) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), referente ao assunto: Alteração à constituição do Conselho Municipal de Educação de Sabrosa. Contém deliberação do Executivo

Municipal do seguinte teor: "Aprovado, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de nova constituição do Conselho Municipal de Educação, de acordo com o artigo 58.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua atual redação". -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa que esclareceu que esta alteração deriva da atualização dos representantes da Associação de Pais, Associação de Estudantes e o representante da Segurança Social. -----

A Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que este será um assunto que periodicamente será presente a sessões da Assembleia Municipal, dado que, pelo menos uma vez por ano, haverá alterações à composição deste Conselho Municipal de Educação, em virtude da nomeação de alguns dos seus representantes, como é o caso dos representantes da Associação de Estudantes, que é feita anualmente. -----

Não se registando qualquer outra intervenção, pelo que foi o assunto colocado à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, a proposta do Executivo Municipal de alteração da constituição do Conselho Municipal de Educação de Sabrosa. -----

----- **Ponto três: Período de Intervenção do Público:** -----

Não houve qualquer inscrição para intervenção neste ponto da ordem de trabalhos. -----

- **Todas as deliberações foram aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e da Deliberação desta Assembleia Municipal tomada na Sessão Ordinária de 29 de abril de 2022.** -----

----- Pelas vinte e uma horas e trinta minutos deu-se por encerrada a Sessão da qual se lavrou a presente ata. -----

